

Publicado D.O.E.

Em 02/10/07

Jardim
Secretaria do Tribunal Pleno



RePublicado D.O.E.

Em 03/10/07

Jardim
Secretaria do Tribunal Pleno

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC 05622/02
Documento TC 05999/04

*Prefeitura Municipal de Campina Grande
Prestação de Contas do exercício de 2003, de
responsabilidade da ex-Prefeita Cozete
Barbosa Loureiro Garcia Medeiros. Aplicação
de multa à ex-gestora, assinando-se-lhe o
prazo de sessenta (60) dias para recolhimento
do débito. Declaração de cumprimento parcial
das exigências da Lei de Responsabilidade
Fiscal.*

ACÓRDÃO APL - TC 5713/2007

Vistos, relatados e discutidos, os presentes autos do Processo TC Nº 05622/02 e do Documento nº 05999/04, referente à Prestação de Contas da Senhora Cozete Barbosa Loureiro Garcia Medeiros, do Município de Campina Grande, relativas ao exercício financeiro de 2003, **ACORDAM** os integrantes do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, com o impedimento declarado dos Conselheiros Fernando Rodrigues Catão e Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, na sessão plenária realizada hoje, em: **a) aplicar multa** de R\$ 5.610,20 à gestora acima referida, com fulcro no art. 56, II, da Lei Orgânica desta Corte, sendo R\$ 2.805,10, referentes às transferências indevidas da conta do FUNDEF e R\$ 2.805,10 em face da transgressão de normas constitucionais e legais, sem prejuízo da multa pessoal relativa ao atraso no envio, ao Tribunal, dos balancetes mensais. **b) assinar-lhe** o prazo de 60 (sessenta) dias para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual da multa aplicada, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado, em caso do não recolhimento voluntário devendo-se dar a intervenção do Ministério Público, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual; **c) declarar** o não atendimento às exigências da LRF, por parte do Poder Executivo do Município, em face da constatação da não manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas, insuficiência financeira para saldar os compromissos de curto prazo, incorreta elaboração dos REO's e dos RGF's encaminhados para este Tribunal, incompatibilidade de informações entre o RGF e a PCA, e no que tange ao montante da dívida consolidada do município; **determinar a juntada de cópias** do Parecer nº 0988/2005 da Procuradoria e do relatório da Auditoria aos Processos de Prestações de Contas dos Convênios Estaduais TC nº 03174/2003 e 01052/2003.

Assim fazem, tendo em vista as razões seguintes:

A aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de R\$ 20.969.984,55, correspondeu a 24,39 % das receitas de impostos e transferências, não atendendo ao mínimo exigido. O órgão de instrução, ao proceder ao levantamento, corretamente desconsiderou pagamentos pela aquisição de fardamento escolar, gêneros alimentícios destinados a creches e juros por atraso no pagamento de empréstimos consignados, na monta de R\$ 694.881,06.

Em ações e serviços públicos de saúde a aplicação correspondeu ao percentual de apenas 3,31 %, bastante inferior ao mínimo exigido para o exercício em análise que é de 12,81 %, demonstrando que a Administração Municipal não deu a atenção devida, em matéria de recursos financeiros, à saúde pública.

O relatório da Auditoria registrou a abertura de créditos especiais sem autorização do Poder Legislativo, na importância de R\$ 513.172,40, dos quais foram utilizados R\$ 313.061,90.

Verificou-se déficit orçamentário apurado no exercício, equivalente a 7,67 % da receita arrecadada, contrariando os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.



TRIBUNAL DE CONTAS DÔ ESTADO

Processo TC 05622/02
Documento TC 05999/04

A insuficiência financeira, no valor de R\$ 26.442.259,37, correspondeu a 12,5 % da receita orçamentária prevista. Embora o exercício de 2003 não tenha sido o último da gestão, não é desprezível o valor da insuficiência constatada pelo órgão de instrução.

A Auditoria não demonstrou de forma clara se, o montante a despesa com serviços de terceiros inclui serviços de caráter eventual, não havendo fundamentação para se caracterizar irregularidade.

Todos os Relatórios da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao exercício de 2003 foram encaminhados ao Tribunal com atraso, que varia de 11 até 60 dias, descumprindo os prazos contidos nas Resoluções Normativas aplicáveis à matéria. Da mesma forma, não se cumpriu o prazo atinente à publicação dos relatórios. O atraso no envio ao Tribunal, dos REO's e RGF's, assim como dos balancetes mensais do exercício, acarretaram multas no total de R\$ 28.200,00.

A gestora não encaminhou o Cronograma Mensal de Desembolso (CMD) e o Demonstrativo das Metas Bimestrais de Arrecadação (MBA), descumprindo o art. 2º, §2º da RN-TC nº 04/00;

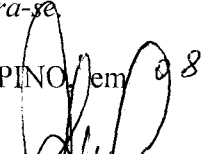
Não obstante a existência da Lei Municipal nº 4.058 de 03/12/02, autorizando pagamento da amortização da dívida previdenciária da Prefeitura junto ao IPSEMC, não houve pagamento de contribuição previdenciária ao Instituto, no exercício de 2003. Em dezembro daquele exercício, foi aprovada a Lei Complementar nº 21/03, concedendo nova autorização para parcelamento do débito. Entretanto, a Auditoria da conta de que, consultando os balancetes mensais de janeiro a março do exercício seguinte, não encontrou qualquer despesa relativa ao IPSEMC. Ante a falta de pagamentos, fica evidente o descaso com que a Administração Municipal tratou a dívida previdenciária própria que, ao final do exercício de 2003, ascendeu a R\$ 53.883.267,66. Ressalte-se que a inadimplência gera a obrigação para o Município do pagamento de juros e multa.

O relatório inicial da Auditoria informa a ausência de diversos documentos como extratos bancários, relação de empenhos, e outros enviados ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal, em descumprimento da RN-TC nº 10/01.

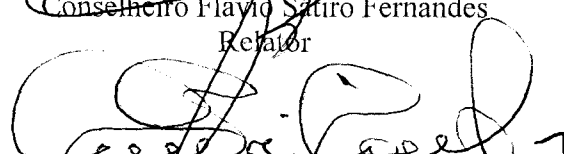
A utilização da reserva de contingência no total de R\$ 3.225.000,00, não atendeu a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, desviando-se da finalidade prescrita na LRF e na LDO.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC – PLENÁRIO JOÃO AGRIPINO, em 08 de agosto 2007.


ARNOBIO ALVES VIANA
Conselheiro Presidente


Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes
Relator


André Carlo Torres Pontes
Procurador Geral, em exercício